

oficina ela não sobrevive um mês pagando os impostos que se tem que pagar dentro daquilo que eles recebem como pagamento pelas peças que eles vão produzir. Então o pagamento os obriga a ficar na informalidade, por que eles recebem por peça faz com que eles se mantenham nessa condição de informalidade".

A Desembargadora do Trabalho Ivani Contini Bramante explica: *“Então se uma grande grife encomenda para uma oficina 1000 peças em 10 dias e sabe que essa oficina só tem cinco costureiras, evidente que ela não vai conseguir fabricar 1000 peças naquele período de tempo com aquele número. Evidentemente que essa oficina vai repassar para outras, então este que é o problema, o problema é a terceirização e o modo como é feita essa terceirização, isso na área da confecção”.*

O CÍRCULO VICIOSO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO EM SÃO PAULO

Em seu depoimento, o padre Roque Patussi, aponta para outro grave problema: *“(…) existe uma continuidade desse processo de exploração. Então quem hoje está trabalhando na oficina como costureiro ou costureira se a gente perguntar a ele – amanhã se você tiver dinheiro o que você vai fazer? Vou montar uma oficina - o que ele vai fazer? Ele vai fazer o mesmo que os outros fizeram a reprodução desse mesmo sistema. Ele vai buscar pessoas lá no país de origem, vai trazer para cá e vai fazer o mesmo que fizeram com ele.*

E na questão do Trabalho Escravo teve uma pessoa que falou –“Mas também esses imigrantes querem demais, eles querem uma televisão, eles querem assistir televisão durante a semana, eles querem banho todos os dias” – então a gente vê que existe uma reprodução maldita de uma situação que se repete e acaba se transformando num modelo para os que ainda estão aqui embaixo.

São imigrantes que um dia passaram pela exploração, chegaram aqui há vinte, trinta anos, e hoje são donos de oficinas e que exploram.

É o oprimido oprimindo exatamente. Então esse sistema faz com que muita gente aceite essa condição sonhando em ser o opressor amanhã. Por quê? Porque o opressor ele tem algumas vantagens econômicas, por que o dono da oficina consegue juntar o dinheiro e comprar um carrinho, depois ele consegue comprar a casa dele, e ele vai ampliando seus ganhos econômicos. E aquele que está ganhando pouco o que ele sonha? Ele sonha em ter o que todo mundo tem”.

CAPÍTULO III - INVESTIGAÇÃO E DEPOIMENTOS

AS CONVOCAÇÕES FEITAS PELA CPI

Após a fase de esclarecimentos, a CPI concluiu que o trabalho escravo urbano tem se tornado, desde 2007 predominante no Estado de São Paulo, tendo mais registros que o trabalho escravo rural, de acordo com as informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho nos depoimentos públicos prestados à Comissão.

Desta forma, foi fornecida pelo Ministério do Trabalho uma lista dos casos mais importantes e mais graves nos setores onde o trabalho escravo tem sido flagrado com mais frequência na área urbana do Estado de São Paulo: indústria de confecções e construção civil.

Os casos apontados foram.

- M. Officer (M5)
- Marisa
- Pernambucanas
- Collins
- OAS
- Salvatta
- MRV
- Racional

Também foi feita a convocação da empresa Zara, por ser o caso que deu origem ao pedido de abertura da CPI do Trabalho Escravo na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em cada um dos casos, foi feita convocação para a empresa, terceirizados já identificados como co-responsáveis em processos judiciais, os responsáveis pelas ações do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Além disso, foram convidados os principais sindicatos de trabalhadores e patronais nos dois setores, confecção e construção civil:

- Eunice Cabral - Presidente do Sindicato das Costureiras de São Paulo
- Ricardo Patha - Presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo
- Ronald Moris Masijah – Presidente do Sindivestuário
- Fernando Pimentel - Superintendente da ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil
- José Luiz da Cunha - Presidente da ABVTEX - Associação Brasileira do Varejo Têxtil